

REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO ROBERTO LOBATO CORRÊA

Simone Affonso da Silva
Universidade de São Paulo
sas_usp@yahoo.com.br

Resumo

A partir de uma revisão bibliográfica da produção acadêmica do geógrafo Roberto Lobato Corrêa, especialmente dos textos relacionados diretamente à problemática da região e regionalização do Brasil, obteve-se a síntese de uma importante reflexão sobre os “conceitos” de região e organização espacial e a proposta de regionalização do espaço brasileiro dela decorrente, realizada em 1989. Esta difere da Divisão Regional do Brasil oficial tanto pela natureza dos critérios selecionados quanto pelo reagrupamento das unidades federativas

Palavras-chave: Região, Organização Espacial, Regionalização do Brasil.

1 Introdução

A Teoria da Região e da Regionalização guarda em si não apenas o debate acerca da noção de região e suas problemáticas, ela vai além, promovendo o debate e a reflexão da própria ciência geográfica.

Bezzi (1996), aponta que a importância do tema reside no fato de que, no decorrer da história do pensamento geográfico, a Geografia teve a região como seu objeto de estudo durante muito tempo, e que “falar de região é trazer à tona um dos problemas epistemológicos da nossa ciência” (p.1), visto haver diversas abordagens sobre região tanto do ponto de vista teórico-conceitual quanto metodológico.

Enquanto ciência, a Geografia continuamente passa por processos de renovação de seus paradigmas, teorias, conceitos e categorias. A noção de região não escapa deste processo, causando intensos debates entre os geógrafos e demonstrando a pertinência da discussão, que por sua vez implica num necessário resgate do pensamento geográfico.

Neste contexto, Roberto Lobato Corrêa destaca-se entre os geógrafos contemporâneos pela importância de sua produção acadêmica e por suas reflexões

acerca do “conceito” de região e sua proposta de regionalização do Brasil, considerada dentre as mais relevantes.

2 Regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa – 1989

Roberto Lobato Corrêa parte de uma importante reflexão sobre o conceito¹ de região, que, juntamente ao conceito de organização espacial, subsidia sua proposta de divisão regional do Brasil. Dessa forma, o ponto de partida será um breve resgate desta reflexão, objetivando identificar os elementos teórico-metodológicos que compõem sua proposta de regionalização.

2.1 Os conceitos de região e organização espacial nas correntes do pensamento geográfico

Em sua obra *Região e Organização Espacial* (2003), Roberto Lobato Corrêa discorre primeiramente acerca do conceito de região nas diversas correntes do pensamento geográfico, a saber, o determinismo ambiental, o possibilismo, o método regional, a *nova* geografia e a geografia crítica, e, num segundo momento, aborda o conceito de organização espacial.

Para o autor, os conceitos de região e organização espacial são fundamentais para a compreensão do “[...] caráter distinto da geografia no âmbito das ciências sociais, indicando a via *geográfica* de conhecimento da sociedade, quer dizer, das relações entre natureza e história” (Ibid., p.5)

Essas correntes do pensamento geográfico, ou paradigmas, estariam fundamentados na concepção da geografia como um saber baseado em três abordagens: o estudo das relações homem/meio, o de áreas e os locais. Um traço comum a todas as correntes seria a idéia de que as raízes da geografia é a busca e o entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações homem/homem e homem/meio. Portanto, caso não houvesse diferenciação de áreas, a geografia não teria surgido. É a partir deste pressuposto que os conceitos de região e organização espacial estariam vinculados à geografia.

➤ Determinismo ambiental

¹ Para o autor, região é um conceito. Alguns autores, como Lencioni (2001), consideram região como uma categoria, hierarquicamente superior a um conceito nos debates recentes sobre o tema. Embora, no âmbito deste trabalho, se considere região como uma categoria, região será designada como um conceito a fim de ser fiel às reflexões do autor.

O determinismo ambiental emerge ao final do século XIX. Dele surge o conceito de região natural, entendida como uma parte da superfície da Terra caracterizada pela uniformidade, resultante da combinação ou integração dos elementos da natureza, como o clima, a vegetação, o relevo e a geologia. A região natural é vista como um ecossistema, no qual seus elementos estão integrados e interagem entre si.

De acordo com o paradigma do determinismo ambiental, as condições naturais, especialmente as climáticas, determinam o comportamento humano, interferindo na sua capacidade de progredir. Dessa forma, cresceriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em áreas climáticas mais propícias.

Na geografia, as idéias deterministas levaram ao geógrafo alemão Frederic Ratzel a elaborar o conceito de espaço vital, ou seja, o território que representaria o equilíbrio entre a população residente e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades. O espaço vital estaria contido na organização espacial, delimitando parte da superfície da terra organizada pelo capital e pelo Estado capitalista.

➤ **Possibilismo**

O possibilismo surge na década de 1920, e, semelhantemente ao determinismo ambiental, enfoca as relações entre o homem e o meio natural, mas não do ponto de vista da natureza determinando o comportamento humano. A natureza é considerada como fornecedora de possibilidades, que o homem pode utilizar para modificá-la. Assim sendo, o homem é o principal agente geográfico.

O conceito de gênero de vida, por sua vez, corresponde a um conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes que permitem a uma dada população utilizar os recursos naturais disponíveis. Uma paisagem geográfica abrangeria a área de ocorrência de uma forma de vida, em uma extensão territorial e limites razoavelmente identificáveis. Por conseguinte, a paisagem é tida como uma criação humana, elaborada ao longo do tempo, passando de natural à cultural ou geográfica.

A região é tida como a expressão espacial da ocorrência de uma mesma paisagem geográfica. A evolução das relações entre o homem e a natureza ao longo da história teria resultado na passagem da adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem cria uma paisagem e um gênero de vida por meio de sua cultura, configurando regiões peculiares a cada porção da Terra.

Destarte, a região geográfica é marcada pela relação harmoniosa, de equilíbrio, entre os elementos humanos e naturais. Os limites de uma região poderiam ser determinados por um ou diversos componentes, desde que houvesse uma combinação e

uma paisagem que conferisse singularidade àquela porção do espaço. Deste modo, a região é o objeto da geografia possibilista.

➤ **Método regional**

O método regional tem sido utilizado pelos geógrafos desde o século XII. Com a emergência do determinismo ambiental e do possibilismo ficou marginalizado, destacando-se novamente a partir da década de 1940.

No método regional, a diferenciação de áreas não é vista a partir da relação homem/meio, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. O método regional enfoca o estudo de áreas por meio da diferenciação *per se* como objeto da geografia, buscando um conhecimento sintético sobre as diferentes áreas.

➤ **A nova geografia, geografia quantitativa ou geografia teórica**

Esta corrente do pensamento geográfico emerge a partir de meados da década de 1950, e considera o espaço como resultado de um conjunto de decisões locais. Associa-se ao positivismo lógico como método, buscando leis ou regularidades empíricas sob a forma de padrões espaciais. Adota as técnicas estatísticas. No plano teórico, há as teorias do desenvolvimentismo e a dos pólos de desenvolvimento, que dentre outras, se aliam à difusão do planejamento no âmbito do Estado capitalista.

A *nova geografia* considera a região como um caso particular de classificação, evidenciando as influências das ciências naturais. As discussões acerca do conceito de região correspondem a críticas aos conceitos derivados do determinismo ambiental e do possibilismo, aproximando-se de uma geografia econômica aplicada.

A região é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que as existentes entre este e outro conjunto de lugares. As similaridades e diferenças são definidas através de técnicas estatísticas, como o desvio-padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento. Logo, é a estatística quem define as regiões, pressupondo uma objetividade máxima ao aplicar sempre as mesmas técnicas.

Já que as regiões são definidas estatisticamente, não há nenhuma base empírica prévia, sendo os propósitos de cada pesquisador que norteiam os critérios a serem selecionados. Portanto, a região é considerada uma entidade concreta, mas sim uma criação intelectual.

Na *nova geografia*, as regiões podem ser simples ou complexas, homogêneas ou funcionais. As regiões simples são aquelas originadas de um único critério ou variável; as regiões complexas levam em conta muitos critérios ou variáveis. As regiões

homogêneas caracterizam-se pela inalterabilidade de critérios ou variáveis analisadas, levando ao agrupamento de áreas; as regiões funcionais são definidas de acordo com os fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões e idéias. As regiões homogêneas e funcionais são excludentes, mas podem ser simples ou complexas.

O método utilizado para estabelecer as regiões pode ser a divisão lógica, na qual se procura diferenciações entre os lugares, ou o agrupamento, que consiste na procura de regularidades. Esse processo cria uma tipologia, as regiões, que são distinguidas pelos seus atributos específicos, não havendo a necessidade de contiguidade espacial.

O conceito de organização espacial é colocado pela *nova* geografia como “[...] *padrão espacial* resultante de decisões locacionais, privilegiando as formas e os movimentos sobre a superfície da Terra (interação espacial)” (CORRÊA, 2003, p.19).

➤ **Geografia Crítica**

Desenvolve-se durante as décadas de 1970 e 1980, baseando-se no materialismo histórico e na dialética marxista. A geografia crítica considera o conceito de região e o tema regional a partir: da articulação dos modos de produção; das relações entre as classes sociais e a acumulação capitalista; das relações entre o Estado e a sociedade local; e, da dimensão política.

Corrêa (2003) busca inserir o conceito de região dentro de um quadro teórico amplo da geografia crítica. Neste contexto, há a lei de desenvolvimento desigual e combinado proposta por Trotsky. Esta lei “permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço” (Ibid., p.42). Sua dimensão espacial corresponde à diferenciação de áreas, verificável através do processo de regionalização.

Portanto, a região pode ser considerada como o resultado da lei de desenvolvimento desigual e combinado, que apresenta como elementos fundamentais a divisão nacional e internacional do trabalho e a associação de relações de produção distintas. Estes dois elementos se expressam numa paisagem e numa problemática, sendo esta definida pelos embates que se estabelecem entre as elites regionais e o capital externo à região e dos conflitos entre as diferentes classes sociais que a compõem. Dessa forma, a paisagem e a problemática definida pelos conflitos internos e externos conferem a especificidade de cada região.

Cabe ressaltar que para a geografia crítica,

“[...] a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de

regionalização sobre um quando territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos” (Ibid., p.47)

Essa concepção se assemelha à região vidaliana do paradigma possibilista, entretanto, ela não pressupõe a harmonia e não é única, mas sim particular. Sua particularidade se dá por meio da relação entre o local e o universal, ou seja, da realização de um processo universal – o capitalismo – num quadro territorial menor.

A questão da organização espacial é herdada da *nova geografia*, contudo, vai além da descrição de padrões espaciais, procurando-se identificar as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais. Por conseguinte, a teoria marxista do valor é tida como base para se realizar uma análise espacial. Utiliza-se também o conceito de formação sócio-espacial de Milton Santos, no qual a organização espacial é considerada como parte integrante de dada uma sociedade.

2.2 Roberto Lobato Corrêa e o conceito de região

A partir de um crítico resgate histórico, aqui apresentado de forma bastante sucinta, Roberto Lobato Corrêa apresenta a sua concepção de região:

“[...] a região deve ser vista com o um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região” (CORRÊA, 2003, p.22)

Para o autor, o conceito de região é considerado à luz do materialismo histórico, ou seja, “[...] como um instrumento de ação e controle dentro de uma sociedade de classes” (Idem). Baseando-se nessa concepção emergirá o debate acerca do conceito de organização espacial. Ambos são utilizados como aporte teórico-metodológico da proposta de regionalização feita pelo autor.

2.3 Organização espacial

A discussão sobre o conceito de organização espacial que Roberto Lobato Corrêa desenvolve está baseada na geografia crítica.

Para fundamentar a abordagem acerca do conceito de organização espacial são destacadas, primeiramente, as dificuldades encontradas ao estudar a sociedade, devido, sobretudo, à sua complexidade e diversidade de elementos. Estes se articulam de tal modo que pode-se pensar numa totalidade social, cuja complexidade compreende as contradições internas e os movimentos de transformação.

Logo, seria demasiadamente difícil compreender a sociedade a partir de uma única ciência social, capaz de analisar todos os seus elementos e suas articulações. Dessa forma, faz-se necessária a divisão do saber, originando diferentes ramos. No entanto, não se trata de uma divisão positivista - cada ciência com seu próprio objeto e separada das outras -, mas sim uma divisão na qual as ciências se encontram articuladas, sendo a sociedade o objeto comum, analisado segundo o materialismo histórico. Visto que o objeto das ciências sociais é o mesmo, o que as distingue é a sua objetivação.

Portanto, o objeto da geografia é a sociedade, não a paisagem, a região, o espaço, etc., e sua objetivação se dá por meio de sua organização espacial, que a geografia busca estudar. A organização espacial é o modo geográfico de analisar totalidade social, mas também é um fenômeno da sociedade, configurando-se como um objeto, uma materialidade social, isto é, a própria sociedade espacializada.

A organização espacial é formada por um conjunto de objetos fixos ou formas espaciais distribuídas ou organizadas sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. Por conseguinte, ela pode ser entendida como a segunda natureza, a natureza primitiva que foi transformada pelo trabalho social.

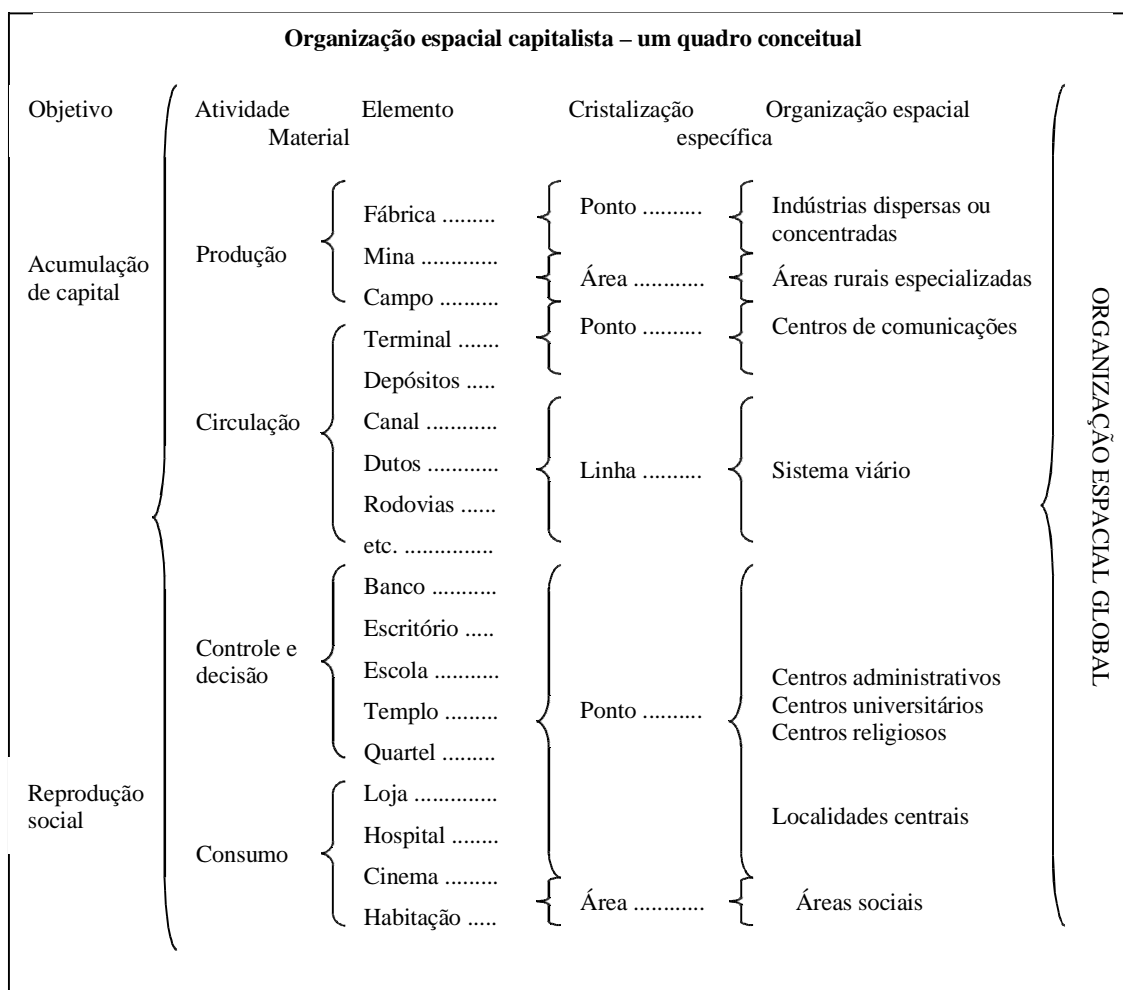


Figura 1: O conceito de organização espacial.

Fonte: CORRÊA, 2003, p. 58.

A partir do fluxograma acima, verifica-se que a organização espacial global resulta da superposição de diferentes organizações espaciais específicas.

Os principais agentes da organização do espaço, na sociedade capitalista, são o capital e o Estado. A ação de ambos não se verifica de maneira uniforme no espaço e no tempo, possuindo diversas estratégias de ação nas dimensões econômica, jurídico-política e ideológica. Estas três dimensões se entrecruzam e se completam, pois a organização espacial é um reflexo da sociedade.

Consequentemente, há o acúmulo de formas espaciais herdadas do passado, que possuem uma gênese ligada a outros propósitos, mas permanecem no presente por terem sido adaptadas às necessidades atuais. Essas formas apresentam uma funcionalidade econômica ou um valor simbólico que justifica a sua permanência.

Milton Santos (1978, p.71) denomina estas formas herdadas do passado de rugosidades. Segundo Corrêa (2003, p.71), ao mesmo tempo que as rugosidades

condicionam o cotidiano, pode-se dizer que as formas espaciais atuais também condicionam o futuro da sociedade, pois representam sua reprodução social.

Outra contribuição de Milton Santos à reflexão acerca do conceito de organização espacial se refere à relação dialética entre forma-função-estrutura-processo, categorias que permitem a compreensão da totalidade social e sua espacialização.

Corrêa utiliza estas categorias de Milton Santos como arcabouço teórico de sua reflexão sobre o conceito de organização espacial. Dessa forma, define sucintamente as categorias segundo Milton Santos: forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, e também o arranjo de um conjunto de objetos, que passam a constituir um padrão espacial; função corresponde à tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado por um objeto; a estrutura refere-se ao modo como os objetos estão organizados, não à um padrão espacial, mas sim a maneira como estão inter-relacionados, ela é invisível, não possui uma exterioridade imediata, assim, pode-se dizer que “[...] estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 2003, p.77); processo é a estrutura num movimento de transformação, ou seja, uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado e implicando em tempo e mudança.

No estudo da organização espacial é necessário considerar juntamente as quatro categorias, isto porque ao considerar somente uma das categorias temos apenas realidades parciais.

Para Roberto Lobato Corrêa (Ibid., p.54), a expressão organização espacial possui vários sinônimos, como: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço.

2.4 Proposta de Divisão Regional do Brasil

Roberto Lobato Corrêa (2005) propõe uma nova divisão regional do Brasil em 1989². O autor assinala as dificuldades ao se abordar a organização regional do Brasil, uma vez que o país apresenta grandes dimensões territoriais e que passava por um complexo e desigual processo de diferenciação, que envolvia o espaço e o tempo e ritmos distintos de transformação. Assim, aponta os processos sociais e econômicos que tiveram curso partir da década de 1950 como os responsáveis pelo surgimento de uma

² Corrêa apresenta esta proposta em 1989 num artigo publicado na revista Geosul, ano 4, n° 8, também incluído no livro Trajetórias Geográficas, cuja primeira edição é de 1996. Para elaboração deste trabalho, consultamos a 3ª edição do livro, publicada em 2005.

nova organização espacial brasileira, gerando uma nova regionalização caracterizada por três grandes regiões: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia.

Fica bem claro o arcabouço teórico metodológico utilizado nesta proposta de regionalização: “As três grandes regiões podem ser reconhecidas como a expressão de uma nova divisão territorial do trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe” (Ibid., p.199). Como já abordado anteriormente, o autor vincula-se à geografia crítica e ao paradigma materialista histórico.

As regiões diferenciam-se entre si de acordo com os seguintes critérios:

- Distintas especializações produtivas, ou seja, diferenças naquilo que é produzido, na forma como a produção se realiza e também nos meios de produção e nas relações de produção;
- Diferenças no modo e intensidade da circulação, consumo e gestão das atividades;
- Distintas organizações espaciais, ou seja, diferentes formas espaciais criadas pelo trabalho social em seu arranjo espacial. Essa distinção se refere à natureza e à densidade dos fixos criados pelo homem;
- Distintos níveis de articulação interna, inter-regional e internacional.

Como o próprio autor comenta, sua proposta de regionalização está apoiada em limites formais, isto é, político-administrativos, e caso fossem considerados outros limites que não os estaduais, com certeza o Nordeste avançaria pelo Norte mineiro e o oeste baiano estaria incluído na região Centro-Sul. Entretanto, para Corrêa essas mudanças não afetam a base da organização regional do país em três grandes regiões, já que sua proposta de regionalização é apresentada em seus aspectos mais gerais.

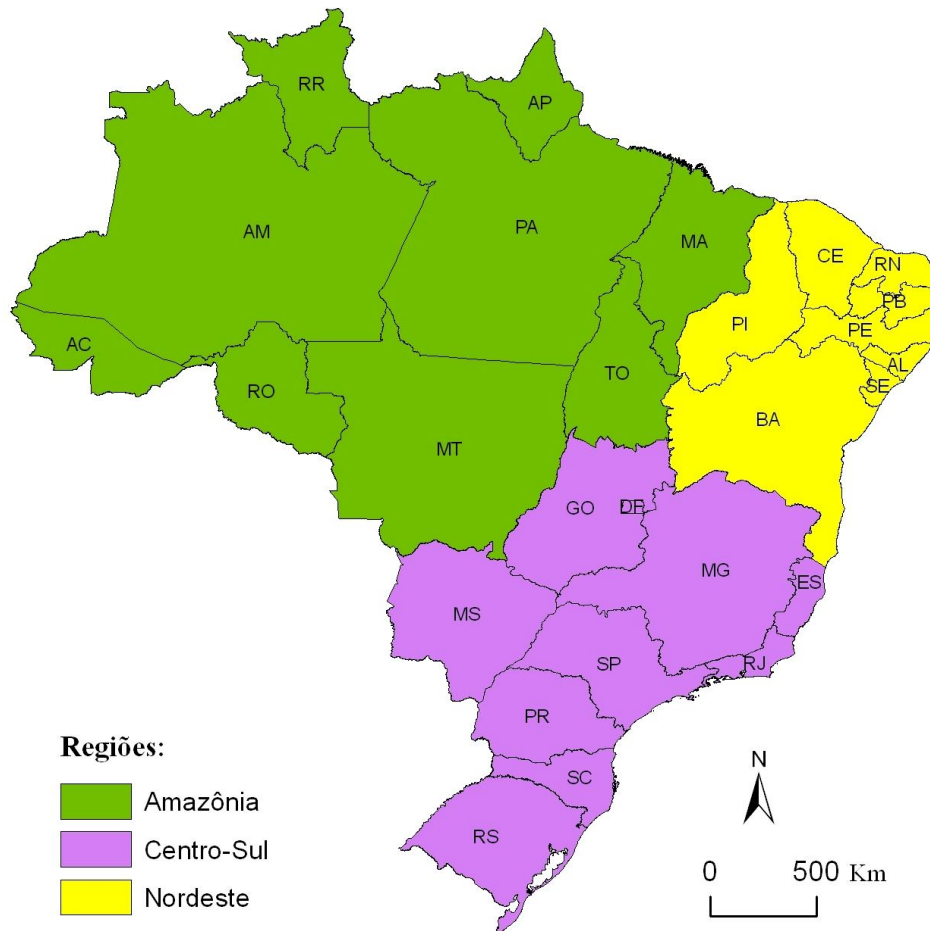


Figura 1: Regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa – 1989.

Fonte: CORRÊA, 2005 (Org.: Simone Affonso da Silva).

Regiões	Estados e Distrito Federal
Amazônia	estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.
Nordeste	estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
Centro-Sul	estados de Goiás e Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quadro 1: Composição da regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa – 1989.

Fonte: CORRÊA, 2005 (Org.: Simone Affonso da Silva).

As três grandes regiões foram reconhecidas e caracterizadas a partir dos critérios selecionados, apresentando na época as características descritas a seguir.

Região Centro-Sul

A região Centro-Sul é tida como a “core area” do país, o coração econômico e político da nação. Sua particularidade é sintetizada nas características indicadas a seguir.

I. Especializações produtivas

A concentração dos principais centros de gestão econômicos e políticos, como as sedes das grandes corporações privadas, das empresas estatais e do próprio aparelho do Estado. Destacam-se as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, sendo a metrópole paulista o grande centro de gestão e acumulação do país.

A existência de outros centros que também exercem um papel significativo na gestão de atividades econômicas reforça a centralidade da região, como: as metrópoles de Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba.

A concentração da produção industrial é outro destaque, apresentando-se espacialmente organizada em quatro regiões industriais:

- a) São Paulo, estendendo-se ao Vale do Paraíba até a metrópole carioca, à Baixada Santista e à cidade de Sorocaba. É a principal região industrial do país, diversificada e em expansão;
- b) Belo Horizonte, estendendo-se pela denominada “Zona Metalúrgica” de Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Sete Lagoas e Itapatinga;
- c) Nordeste catarinense, incluindo de Joinville, Blumenau, Brusque, etc;
- d) Área que se estende de Porto Alegre a Caxias do Sul.

A urbanização, em parte decorrente da concentração industrial, possibilitou que a região Centro-Sul começasse a desenvolver uma ampla megalópole, compreendendo São Paulo, Santos, Sorocaba, o Vale do Paraíba, Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto e Rio de Janeiro.

A região do Centro-Sul corresponde também à principal área agropecuária do país, primeiramente pela enorme variedade de sua produção e em segundo lugar pelo valor e volume da produção. Isso confere à região o primeiro lugar na produção de itens com expressão econômica, sendo poucos aqueles que são produzidos majoritariamente fora do Centro-Sul.

“É a região que apresenta a mais nítida divisão territorial do trabalho, originando áreas especializadas ou com forte tendência à especialização produtiva” (CORRÊA, 2005, p.203).

II. Circulação, consumo e gestão das atividades

A região possui uma densa rede de circulação, na qual destacam-se os principais nós do país, como: os portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Paranaguá e Rio Grande; os mais importantes aeroportos brasileiros; a rede rodoferroviária mais densa; e, a rede de meios de comunicação mais moderna e utilizada.

É a principal área receptora das correntes migratórias inter-regionais, que fluem para as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, oriundas, sobretudo do Nordeste. No caso intra-regional, os migrantes são provenientes em sua maior parte do Paraná e Minas Gerais.

O desenvolvimento capitalista mais acentuado traduz-se na concentração de renda no Centro-Sul, levando a um alto nível de consumo e no desenvolvimento das atividades terciárias. Contudo, existe também uma concentração de renda interna, que resulta numa crescente massa de pobres concentrada nas periferias das grandes cidades, constituída, notadamente, por migrantes.

Equivale à principal área política do país, apresentando a maior efervescência política, além de conflitos sociais mais numerosos e evidentes.

III. Organizações espaciais

Possui a maior concentração de capital constante, como resultado de uma intensa e complexa ação humana: a concentração de estradas, cidades, hidrelétricas e outras formas espaciais ocupam densamente o território. Tratam-se das formas mais modernas que conferem elevado valor ao espaço. Como estas formas definem a organização espacial, é no Centro-Sul que temos sua maior complexidade e densidade.

IV. Níveis de articulação interna, inter-regional e internacional

A densidade da rede de circulação e comunicação revela o forte grau de integração intra-regional, além de ser a partir da região Centro-sul que ocorre a articulação nacional.

➤ **Região Nordeste**

A região Nordeste é caracterizada como a região das perdas: econômica e demográfica e também política. Em todos os critérios de análise, verificam-se essas perdas, como sistematizado a seguir.

I. Especializações produtivas

Declínio da agropecuária no contexto nacional, com a menor importância da cultura canavieira e a queda na participação relativa na produção do algodão, os dois produtos mais tradicionais e importantes. O cacau, produzido majoritariamente na Bahia, também possui peso declinante na economia agropecuária do país pela limitação

de sua produção. Os outros produtos que conferem ao Nordeste uma especialização produtiva são de pequena expressão nacional, como o agave, a mamona e as frutas produzidas através de moderna tecnologia.

II. Circulação, consumo e gestão das atividades

As perdas demográficas são notórias. O nordeste tem se caracterizado como uma das maiores áreas de expulsão do país, sendo o destino da maioria dos migrantes a região Centro-Sul, especialmente as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, e após a década de 1970, a Amazônia, sobretudo o leste do Pará e a pré-Amazônia maranhense. A mobilidade demográfica também ocorre no âmbito intra-regional, com fluxos migratórios para as capitais estaduais, principalmente as metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza.

A região apresenta os mais baixos níveis de renda, de escolaridade e qualidade de vida, além de elevado índice de mortalidade infantil. É uma região pobre, entretanto, destaca-se um poderoso grupo de elevada renda, localizada nas orlas litorâneas das grandes cidades, onde há concentração da riqueza regional gerada através do capital mercantil e fundiário.

No plano político, a região possui um poder demasiadamente maior que a sua importância econômica.

As perdas também se traduzem pelo fato das atividades econômicas mais dinâmicas serem controladas de fora da região, estando igualmente voltadas para fora.

III. Organizações espaciais

A região apresenta menor variedade e densidade das formas espaciais, já que possui um menor acúmulo de obras do homem sobre o território, sejam elas cidades, vias de comunicação, hidrelétricas, campos agrícolas modernos, dentre outros. Logo, o território é menos valorizado.

IV. Níveis de articulação interna, inter-regional e internacional

O grau de articulação interna é pequeno devido ao controle das atividades econômicas ser feito por agentes externos à região, e também por estas atividades serem voltadas para satisfação de necessidades externas.

O nordeste possui pequena divisão intra-regional do trabalho, e juntamente com a forte integração-dependente ao Centro-sul, temos o direcionamento das principais vias de comunicação para a “core area” do país.

➤ **Região Amazônia**

A partir de uma nova integração regional ao sistema capitalista após a década de 1970, “a Amazônia é definida como a fronteira do Capital” (CORRÊA, 2005, p. 207). Diferentemente do que ocorreu com o “boom” da borracha, trata-se de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional.

A integração da região provoca a dizimação física e cultural da base social prévia, ou seja, os índios e a população já enraizada na região, com seu modo de vida próprio, integrado aos recursos florestais. Além disso, esta integração implica em:

I. Especializações produtivas

As grandes empresas nacionais e internacionais se apropriam dos recursos naturais, como os minerais (ferro, bauxita, manganês, etc.), a madeira e a própria terra, vista como reserva de valor para exploração futura, como a implantação pastoril.

II. Circulação, consumo e gestão das atividades

As correntes migratórias para a região correspondem a um fluxo de migrantes constituídos pelos excedentes da chamada modernização dolorosa do Centro-Sul. Os principais destinos destes migrantes tem sido Rondônia e Mato Grosso, e em menor escala o Acre e Roraima. Outro fluxo importante é o de nordestinos, por sua vez excedentes do atraso e da pobreza do mundo rural, que se dirigem ao Maranhão e ao Pará. A região caracteriza-se também por diferentes tipos de conflitos sociais:

“[...] Envolvem eles a grande empresa capitalista, o latifundiário pecuarista, a população indígena, os pequenos produtores, peões das fazendas, seringueiros e garimpeiros. A terra está no centro dos conflitos; trata-se de conflitos entre a reprodução do capital e a reprodução do pequeno produtor, de um lado, e entre ambos e a população indígena, de outro” (Ibid., p. 209).

III. Organizações espaciais

Há investimentos pontuais de capital, como a construção de hidrelétricas, aeroportos, portos, núcleos de mineração e de transformação industrial. Manaus destaca-se como um verdadeiro “enclave” industrial.

Estes investimentos viabilizam a integração regional ao sistema capitalista por meio do consumo de produtos industrializados e da criação de condições para a produção capitalista moderna.

IV. Níveis de articulação interna, inter-regional e internacional

A integração ao mercado do Centro-Sul envolve tanto matérias-primas como produtos industrializados. A construção de vias de comunicação ligando a Amazônia ao Centro-Sul é a expressão dessa integração, como a rodovia Belém-Brasília (na verdade

uma ligação São Paulo-Belém via Brasília) e as rodovias ligando Santarém, Porto Velho e Manaus à “core area” do país.

Dessa forma, o Centro-Sul consegue penetrar na Amazônia e desestruturar, em grande parte, a circulação que assumia o padrão dentrítico, convergente para Belém, a tradicional metrópole regional.

Considerações finais

Roberto Lobato Corrêa elabora sua proposta de regionalização do espaço brasileiro a partir de aspectos mais gerais, num nível de detalhamento simplificado. Entretanto, esse fato não diminui a importância de sua regionalização, especialmente pela trajetória intelectual do autor, que apresenta uma densa reflexão acerca da temática regional, mesmo que esta esteja condensada num número pequeno de textos que tratam diretamente do assunto.

A proposta de regionalização abordada neste artigo se difere da Divisão Regional do Brasil - institucionalizada em 1970 pelo IBGE e ainda em vigor após algumas alterações - pela natureza dos critérios selecionados no processo de regionalização. A influência da geografia crítica e do materialismo histórico é explicitada nos critérios, que apresentam um caráter intrinsecamente sócio-econômico, diferentemente da Divisão Regional do Brasil em vigor, que busca relacionar aspectos físicos/naturais e sociais/humanos.

Além disso, Corrêa reagrupa os estados, destacando-se a dissolução da região Centro-Oeste, e o agrupamento das regiões Sul e Sudeste, mas sempre obedecendo aos limites estaduais da divisão político-administrativa já estabelecida.

Referências bibliográficas

BEZZI, Meri Lourdes. Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Rio Claro: [s.n.], 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Editora Ática, 2003. 7ª ed. Série Princípios

_____. A organização Regional do Espaço Brasileiro. In: _____. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 3ª ed. p. 197-210.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204